

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG

**PRÁTICAS MOTIVACIONAIS PARA TRABALHAR COM DIFICULDADES DE
APRENDIZAGENS: SÃO ILUSÓRIAS OU VERDADEIRAS?**

Maria Eduarda Dimas Lara

Manhuaçu
2022

MARIA EDUARDA DIMAS LARA

**PRÁTICAS MOTIVACIONAIS PARA TRABALHAR COM DIFICULDADES DE
APRENDIZAGENS: SÃO ILUSÓRIAS OU VERDADEIRAS?**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no Curso Superior de Pedagogia do Centro Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à obtenção do título de graduando em Pedagogia.

Área de Concentração: Pedagogia

Orientador (a): MSc Alessandra Alves de Souza Nery

MANHUAÇU - MG
2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar o conhecimento dos docentes acerca das dificuldades de aprendizagens, transtornos e deficiências, conhecimento das metodologias que podem ajudar na aprendizagem dos alunos, e se esses professores estão aptos a identificar os primeiros sinais de alerta para possíveis transtornos. Portanto, buscou-se, através de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e quantitativa e por revisões bibliográficas conhecer o perfil dos profissionais como devem proceder em seu trabalho. Foi aplicado um questionário online para professores de escolas públicas da cidade de Santana do Manhuaçu - MG, o estudo foi desenvolvido com a colaboração de 10 (dez) professores que responderam a pesquisa voluntariamente. Suas respostas foram analisadas e organizadas em gráficos. Os resultados apontam que os professores tiveram em sua formação informações sobre educação especial e inclusiva, e como proceder diante das dificuldades de aprendizagem. A maioria dos professores entrevistados (80%) se sentem aptos para trabalhar com esses alunos mesmo ainda não tendo trabalhado diretamente com alunos que têm essas características.

Palavras-Chave: Conhecimento.Dificuldades de aprendizagem.Docente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DESENVOLVIMENTO	5
2.1 História e amparo legal da Educação Especial	5
2.2 Fatores e sinais	6
2.3 Educação Inclusiva e psicopedagogia	8
2.4 Tipos de dificuldades de aprendizagem	9
2.4.1 Transtorno de Déficit de atenção/ Hiperatividade (TDAH)	9
2.4.2 Dificuldades de Percepção Visual	10
2.4.3 Dificuldades no processamento da linguagem	10
2.4.4 Dificuldades motoras finas.....	11
3. METODOLOGIA	11
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, “Práticas motivacionais que trabalham com dificuldades de aprendizagens: São ilusórias ou verdadeiras?”, tem por objetivo analisar as atitudes que os docentes assumem diante de situações em que o aluno apresenta algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem, como também analisar os problemas que podem ser desenvolvidos quando estes não são identificados e trabalhados de forma eficaz ainda nos primeiros anos de vida da criança.

Nota-se que a quantidade de alunos que perdem o interesse pelos estudos, aumenta a dificuldade e o transtorno de aprendizagem. São muitos os que ingressam na escola com alguma dificuldade em desenvolver tarefas básicas de ensino e que são tratadas apenas quando estão atrasados anos em relação à turma. Essas identificações mais cedo possibilitam uma melhor oportunidade de vida para esses indivíduos, pois, partir dela, ele pode receber apoio e tratamento. Essa atitude ajuda a ter uma vida melhor, maior interesse pela educação, o que pode estimular bons resultados futuramente.

A esse respeito tem-se como metodologia a pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa na qual, além de estudos em artigos e livros, será realizada com docentes de duas escolas públicas: uma municipal e outra estadual de Santana do Manhuaçu- MG, que irão tratar de conhecimentos sobre esse tema e quais as possíveis abordagens tomam diante desses fatos reais. Como hipótese: será que o docente está preparado e atento aos sinais que os alunos apresentam no cotidiano? Mediante a apresentação de alguns distúrbios e transtornos percebidos pelo educador, quais as atitudes mais eficazes ele precisa para dar um suporte adequado a esses educandos?

Como marco teórico deste artigo, têm-se as idéias tratadas por Smitch e Strick (2012, p.74), “se as dificuldades de aprendizagem dos estudantes não são identificadas e um apoio apropriado não é oferecido, o desinteresse pela aprendizagem geralmente progride para a franca evitação.”

Tem-se como objetivo identificar a formação, concepção e atitudes do professor quando ele se depara com situações de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em seu cotidiano.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 História e amparo legal da Educação Especial

É notável o aumento do número de alunos com dificuldades de aprendizagem, o que reduz a qualidade de vida dos alunos se não identificado algum possível transtorno ou dificuldade e sanado da maneira correta o mais rápido possível. Mendes (2006) relata sobre a história da Educação Especial, que começou a ser escrita no século XVI, período em que a educação era exclusiva para uma minoria de pessoas. Quando algumas apresentavam um comportamento diferente, a sociedade as consideravam como ineducáveis, estes ficavam abrigados em asilos e manicômios excluídos do contato com os demais integrantes da sociedade, essa separação configurava a segregação devido a sociedade os considerarem “anormais”. Foi apenas na década de 1960 que a Educação Especial passou a ter mais benefícios e deixou de ser paralela ao ensino comum. O autor citado destaca ainda os seguintes fundamentos racionais das práticas integradoras:

Potenciais benefícios para alunos com deficiências seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. Benefícios potenciais para os colegas sem deficiências seriam: a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações (MENDES, 2006, p.388).

Foi visto que a inclusão de todos na sociedade gerava diversos benefícios para ambas as partes. Os alunos que têm algum transtorno são capazes de aprender coisas novas com os alunos considerados normais e os demais alunos podem aprender a conviver com as diferenças gerando assim a aceitação e a redução de preconceitos.

Mendes (2006) destaca também que, até os anos de 1960 e 1970, os alunos que eram considerados ineducáveis e iam para ambientes próprios como o manicômio geravam um custo muito alto para a sua manutenção. Nesse período, com a crise mundial do petróleo, sairia mais barato fazer a integração deles no mesmo ambiente que os alunos considerados como normais. É possível observar que, no início da história da Educação Especial, muitos alunos que foram considerados anormais tiveram uma vida difícil, sendo assim configurada a segregação; foram muitos anos assim até que visto como uma forma de corte de gastos públicos, estes voltaram a ser incluídos na sociedade, a fim de que as pessoas aceitassem as limitações e participasse das aprendizagens. A partir daí, foi possível notar significativos avanços na Educação Especial e na sua aceitação.

De acordo com a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2013), de Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, no artigo 4, inciso III, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.” Também no artigo 58 propôs que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

A partir dessa lei, ficou estabelecido que os alunos com Educação Especial devem estar incluídos em classes do ensino regular, o que até então, por mais que tenham parado de segregar os alunos para lugares específicos, estes ainda estavam sem se introduzir realmente na sociedade, o Estado passou a assegurar por lei que estes teriam direitos e deveriam ser cumpridos, assim mantendo sua principal finalidade que é incluir e promover o respeito às diferenças de ambas as partes.

2.2 Fatores e sinais

De acordo com Souza (2014), as dificuldades de aprendizagem são processos construídos por fatores familiares e escolares. As principais características são: autoestima baixa, não ter um bom desenvolvimento em relação a turma. Tratar a criança com diferença ou não dar importância, apenas colabora para problemas psicológicos, o que agrava a dificuldade de aprender. Souza (2014) defende também que os distúrbios de aprendizagem são quando as crianças têm algumas dificuldades em receber, expressar e processar informações, o que afeta diretamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Essas crianças apresentam disfunção no sistema nervoso central, não estando diretamente relacionado às influências de seu convívio.

A autora Ohlweiler define transtornos da aprendizagem da seguinte forma:

Os transtornos da aprendizagem compreendem uma instabilidade específica, como de leitura, escrita ou matemática, em indivíduos que apresentam resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual (OHLWEILER, 2016, p.107).

A autora destaca também que esses transtornos não são adquiridos pela falta de estímulo adequado e nem com o seu convívio em sociedade e família.

Muitas crianças não vão bem à escola devido a dificuldades de aprendizagens. De acordo com estudos publicados das autoras Smith e Strick (2012, p.15), “o termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico.” Explicitando que não existe uma única causa específica para ocasionar essas dificuldades e sim uma série de problemas que levam a essa condição. Afirmam que:

Consideradas raras no passado, as dificuldades de aprendizagem supostamente afetam, hoje, pelo menos 5% da população americana (ou mais de 15 milhões de pessoas). Muitas autoridades pensam que o número de indivíduos afetados é, na verdade, muito maior, e os especialistas concordam que muitas crianças não estão indo tão bem quanto poderiam na escola em virtude de dificuldades que não foram identificadas (SMITCH; STRICK, 2012, p.14).

As autoras ainda destacam que essas crianças com dificuldades de aprendizagem tem uma inteligência entre média e superior, portanto ela é boa em determinado conteúdo e tem mais dificuldades em outros, quando o aluno recebe muita cobrança para realizar determinada tarefa pode acabar se frustrando e acabam perdendo o interesse pelos conteúdos, até mesmo por aqueles que ela adorava realizar.

Segundo resultados apontados pela pesquisa de Crahay (2017), os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, não tem na repetência a superação das suas dificuldades. Aponta que possível solução seria a diminuição do tamanho das turmas para que seja possível trabalhar com um grupo específico dos alunos que apresentam dificuldades semelhantes.

Os problemas de distúrbios, transtornos e deficiências na educação continuam ainda presentes na educação atualmente, a falta de identificação e tratamento correto dessas crianças acaba ocasionando problemas no ambiente educacional. De

acordo com Oliveira (2009), o resultado adquirido em suas pesquisas do distúrbio de aprendizagem, evasão e reprovação escolar está ligado às seguintes ações:

- Falta de estimulação adequada nos pré-requisitos necessários à alfabetização;
- Métodos de ensino inadequados;
- Problemas emocionais;
- Falta de maturidade para iniciar o processo de alfabetização; e
- Dislexia (OLIVEIRA, 2009, p.18).

Oliveira (2009) acrescenta:

Cabe citar, ainda, o aspecto carencial da população; as diferenças culturais e/ou sociais; fatores intra-escolares (currículo, programas, sistemas de avaliação, relação professor/aluno); deficiência mental; problemas físicos e/ou sensoriais (déficits auditivos ou visuais)(OLIVEIRA, 2009, p.18).

Portanto, faz-se necessário que o professor esteja atento aos sinais e que se dedique ao máximo para identificar os sinais de que o aluno tenha algum transtorno. É preciso que este mude a metodologia que está trabalhando quando o aluno não apresenta resultados positivos; se mesmo mudando a metodologia o aluno ainda apresenta dificuldades. Cabe verificar se tem algum outro fator interferindo como, por exemplo, se está tendo algum problema familiar ou na sociedade que está incluído se ele tem algum problema emocional, se está pronto para o início da vida escolar.

Nos estudos de Calado e Campos (2018), aponta-se que a forma como o docente teve sua formação inicial interfere em como ele irá reagir diante da atuação com alunos, com uma estratégia pedagógica assertiva, de forma de que todos participem e tenham gosto de trabalhar.

2.3 Educação Inclusiva e psicopedagogia

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de N° 12.796, de 4 de abril de 2013, no artigo 4, inciso III, citada acima, estabelece o que é a Educação Especial. (Palaro e Cruz, 2021) define Educação Inclusiva como:

Por educação inclusiva –E.I. –entende-se a modalidade de ensino que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Seu objetivo é que todos os educandos, sem exceção, tenham direito a educação em um só ambiente, o ensino regular. Sua proposta, é valorizar as diferenças, contemplando a diversidade e reconhecendo também, que existem diferentes etnias, gêneros e classes sociais (PALARO; CRUZ, 2021, p.2-3).

Palaro e Cruz (2021) acrescentam

Os docentes, por sua vez, apresentam-se –muitas vezes, inseguros na atuação com o público-alvo da EE no que se refere às suas metodologias e seus planejamentos, que requerem adaptações para esses alunos dentro de um contexto educacional e qualitativo.

Entretanto, esses professores em sua maioria, não foram preparados em suas graduações (formação inicial) para atuarem dentro deste contexto e, nem mesmo os gestores e supervisores têm consciência e saberes necessários para tal desenvolvimento. Além disso, supõe-se que a falta também da formação continuada, falta de um acompanhamento pedagógico com o aluno, professores e famílias destes mesmos alunos façam parte deste cenário da educação especial e inclusiva (PALARO; CRUZ, 2021, p.3).

Pode-se concluir que a Educação Especial é voltada para aqueles alunos que têm alguma deficiência ou transtorno, é garantida por lei e deve ser exercida em qualquer ambiente. A educação inclusiva é a ideia de que todos os alunos estejam incluídos no mesmo ambiente a fim de promover a igualdade e respeito entre as diferenças. O profissional que irá trabalhar com a educação especial pode ter muitas dúvidas de como proceder diante dos desafios do cotidiano, principalmente, pois muitos deles já estão na área a algum tempo e não buscam uma formação continuada; em alguns casos, em sua formação inicial, não obteve um preparo para enfrentar essa situação, assim mostrando o despreparo da área escolar.

Segundo Palaro e Cruz (2021), o psicopedagogo institucional é aquele profissional capaz de além de investigar o cenário da Educação Especial, é capaz de intervir e propor formas de melhorar a educação especial tornando-a inclusiva, este deve adaptar atividades, propor atividades interdisciplinares e transdisciplinares, auxiliar os professores das turmas. Ele tem a difícil tarefa de entender o meio em que o aluno está com dificuldades presentes e buscar formas de enfrentamento, com o intuito de praticar a igualdade e o respeito. De acordo com as pesquisas dos autores, é possível concluir que:

Ao levantarmos discussões sobre a educação especial e inclusiva, fica evidente que na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é a educação especial, ou seja, a deficiência que o aluno possui, mas sim, os espaços, os ambientes, os recursos que devem estar disponíveis e serem acessíveis de acordo com a especificidade de cada aluno. A acessibilidade aos materiais pedagógicos e a comunicação alternativa asseguram a todos esses alunos uma aprendizagem efetiva (PALARO; CRUZ, 2021, p.10).

Bossa (2007) aponta que os psicopedagogos são profissionais capacitados para o diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Assim sendo, devem descobrir as causas desses problemas com diagnósticos clínicos ou institucionais, o que permite a criação de um plano para a intervenção. “Para realizar o diagnóstico clínico, o psicopedagogo utiliza recursos como testes, desenhos, histórias, atividades pedagógicas, jogos, brinquedos, etc.” (BOSSA, 2007, p.12)

2.4 Tipos de dificuldades de aprendizagem

2.4.1 Transtorno de Déficit de atenção/ Hiperatividade (TDAH)

Smith e Strick (2012) apontam alguns sintomas de alunos com TDAH em sala de aula. Caracterizado por

Crianças que interrompem a aula, não ficam quietas, não presta atenção, não termina seus trabalhos ou não escuta o que lhe é dito. [...] É socialmente deixada para trás. As crianças portadoras desses transtornos têm dificuldade para aprender regras de jogos e são impacientes quanto ao revezamento. Com frequência, verbalizam impulsivamente qualquer coisa que lhe venha à mente, sem considerar o efeito de suas palavras. Não conseguem controlar suas emoções o que muitas vezes faz com que detenha o tipo errado de atenção (SMITCH; STRICK, 2012, p.40).

As autoras afirmam que os fatores pelos quais essas crianças passam podem diminuir muito a sua autoestima, elas se consideram perdedoras por não conseguir acompanhar o desenvolvimento dos demais alunos. Quanto mais cedo é descoberto e tratado as dificuldades de aprendizagem, maiores são as chances de sucesso. Ressaltam ainda que é importante estar atento às condições que não devem ser consideradas como TDAH, por exemplo, desatenção relacionada a problemas de visão, altos níveis de estresse a que a criança é submetida, métodos de exposição dos conteúdos que não lhes chama a atenção. Estes devem ter algum tipo de intervenção, mas não devem ser considerados como transtorno. Em geral, as crianças com TDAH, apenas com orientação adequada, mudanças de algumas metodologias, tecnologias de apoio, estratégia de memorização, em alguns casos, uso de medicamento podem promover uma melhora no desenvolvimento. Apenas em alguns casos específicos que é preciso do serviço de educação especial.

“O transtorno é observado a partir de três subtipos: os que apresentam predominantemente as dificuldades de atenção; outro que prevalece a impulsividade e a hiperatividade; e o que combina os dois anteriores.” (COUTO *et al.*, 2010, p.242). O autor divide o transtorno em três subtipos, onde pode aparecer apenas uma parte dele ou os dois tipos juntos.

2.4.2 Dificuldades de Percepção Visual

Smitch e Strick (2012, p.42) explicam que as dificuldades de percepção visual são muito difíceis de descobrir ainda na infância antes de entrar na escola. Elas destacam que “o problema não é com a sua visão, mas com o modo como seus cérebros processam as informações visuais.” Ou seja, têm dificuldade de compreender e lembrar de informações que não são lhes transmitidas verbalmente, elas não conseguem reconhecer imagens, decorar sequências, cumprir o tempo estipulado para atividades, têm dificuldade nos conceitos de espaços, problemas na organização e planejamento, têm dificuldades em captar a ideia principal e de conviver socialmente e interagir. Com o apoio correto nos anos iniciais, o aluno pode ter uma aprendizagem ampla e, conforme for ficando mais velho, melhorar seu rendimento, mas, para isso, é preciso ser diagnosticado e tratado de maneira que de ampla ajuda.

Os resultados da pesquisa de Ferroni e Gasparetto (2012), apontam que as dificuldades de percepção visual atrapalham muito na aprendizagem dos alunos, pois torna mais difícil tarefas fáceis como visualizar as matérias passadas na lousa, dificuldade de locomoção entre outras. Para diminuir esses problemas, propõe o uso de tecnologias assistivas, a maior utilização dos recursos tecnológicos, pois esses últimos podem ajudar na aplicação de tarefas, leitura e pesquisa na internet.

2.4.3 Dificuldades no processamento da linguagem

Smitch e Srtrick (2012) apontam que os problemas no processo da linguagem podem iniciar antes mesmo do aluno ingressar na escola, podendo ser notado pelo vocabulário atrasado, o que consecutivamente interfere na leitura e escrita. Essas crianças buscam apoio na percepção visual. Há também alguns casos em que a criança sabe ler e escrever corretamente, porém tem muita dificuldade de lembrar de determinada coisa. Destacam que, para ajudar essas crianças, é preciso reconhecer e buscar formas de auxiliar o mais rápido possível. Há maneiras de tentar sanar essa dificuldade e adaptar materiais para os estudos, criando métodos alternativos buscando melhorar o desenvolvimento.

Os estudos de Mazzarotto (2016) apontam que é importante a participação da família e também de atuação fonoaudiológica, juntamente com a abordagem de professores. Esse trabalho em conjunto permite melhorar a qualidade de vida da criança, e quanto mais rápida essa abordagem ocorre, melhores são os resultados.

2.4.4 Dificuldades motoras finas

Para Smitch e Strick (2012, p.59), “essa dificuldade não tem impacto sobre a capacidade intelectual, mas interfere no desempenho escolar, porque prejudica a capacidade de se comunicar por meio da escrita.” Complementa ainda que “as crianças com esse tipo de dificuldade não conseguem escrever bem, não importando o quanto tentem. Suas letras são mal formadas e suas frases escapam das linhas.” Afirma que o apoio que as crianças recebem está relacionado à melhora da caligrafia e também que o aluno pode utilizar recursos que auxiliem como ditar as redações ou uso de tecnologias. A melhora na caligrafia pode levar anos a ser percebida e mesmo sem o avanço o aluno pode melhorar em seus conhecimentos. “A intervenção motora adequada pode intensificar o desenvolvimento motor de crianças desta faixa etária e ser ainda mais significativa para aquelas crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem.”(SOARES *et al*, 2015, p.1141)

3. METODOLOGIA

Em relação aos processos metodológicos, foi realizada revisão bibliográfica em livros e artigos online, também foi realizada uma pesquisa de campo. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Para o estudo foi escolhido a aplicação de um formulário virtual criado através do google docs (formulário google), conforme está escrito no apêndice A, este também foi impresso e entregue a alguns professores que preferiram. Este questionário foi aplicado com professores de escolas municipais e estaduais da cidade de Santana do Manhuaçu que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. A pesquisa foi realizada com 10 (dez) professores que compartilharam de forma voluntária suas experiências e concepções do assunto.

Buscou-se, através do questionário, identificar quais são as concepções acerca do assunto trabalhado, se já vivenciou essa experiência em suas aulas, o que achou dela e se teve alguma informação do assunto em sua formação, procurou-se assim, saber se o professor está preparado para trabalhar com os alunos que têm alguma dificuldade, transtorno de aprendizado ou deficiência. Também buscou saber se a instituição em que trabalha dá algum apoio, orientação

e material adaptado. Todas as perguntas foram elaboradas com o intuito de descobrir o nível de conhecimento do professor sobre esse assunto, saber como é sua abordagem perante o tema e o apoio que recebe.

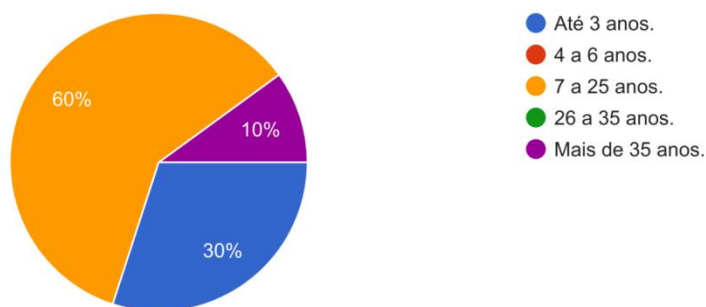
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A pesquisa foi realizada por meio de questionários online, que foram impressos e/ou disponibilizados por link impresso e enviados para professores das escolas municipais e estaduais de Santana do Manhuaçu, Minas Gerais. O formulário ficou disponível por 7 (sete) dias. Ao tal 10 professores responderam voluntariamente a pesquisa e contribuíram para identificar o perfil do professor e, como este trabalha ou pretende trabalhar com os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem.

A pesquisa mostrou que todos os 10 (dez) docentes têm ensino superior-licenciatura e graduação em Pedagogia. Quanto à especialização, apenas 6 (seis) destes têm especialização variando entre: orientação escolar, Educação Especial, alfabetização, Especial inclusiva, psicopedagogia, libras e alfabetização e letramento. Dos participantes, 70% têm idade entre 41 e 60 anos, quanto ao tempo de docência 6 (seis) professores, ou seja 60% responderam que tem de 7 a 25 anos.

GRÁFICO 1 - Tempo de docência

10 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

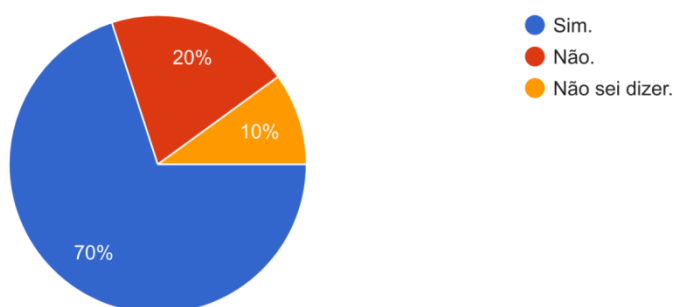
A pesquisa realizada em escola pública apontou que sete dos professores trabalham com os anos iniciais do Ensino Fundamental e três com educação infantil. Portanto, teve-se foco nos primeiros anos de vida do aluno, momento em que quanto mais cedo a descoberta de possíveis dificuldades e transtornos possibilita uma abordagem mais rápida e com o melhor resultado.

Foi questionado aos professores se eles se sentiam preparados para, durante suas aulas, ajudar a identificar e trabalhar com os alunos que apresentam uma significativa dificuldade de aprendizagem, sete desses professores responderam que sim, sentem-se preparados, dois deles responderam que não se sentem preparados e um não sabe responder. Quando perguntado o porquê de se sentirem ou não preparados foi alegado pela maioria estar preparado, que tem o desejo de ajudar essas crianças e, ter conhecimento do transtorno e consciência que deve

buscar o aprendizado e ajuda com outros profissionais. Um dos participantes respondeu da seguinte forma: “temos que ter um olhar diferenciado para essas crianças, paciência e acima de tudo conscientização do transtorno”.

GRÁFICO 2 - O docente considera preparado para identificar alunos com dificuldades na aprendizagem e transtornos.

10 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionado se o docente já teve algum aluno com dificuldade ou transtorno de aprendizagem, foi respondido que apenas 3 (três) não tiveram contato com esses alunos em sua turma. Quanto à sua formação Inicial, todos (100%) dos participantes alegam que receberam informações sobre a educação especial e educação inclusiva. Todos concordaram também que, quanto mais rápido essas dificuldades são descobertas, maiores são as chances do aluno ter sucesso escolar e que sua inclusão em sala de aula com os demais alunos é essencial; alegam que assim o aluno tem a chance de interagir com os colegas e que os prepara para o convívio em sociedade. Um dos participantes define que concorda com a inclusão pois: “a lei garante esse direito, além das pessoas conviverem com as diferenças e o mais importante: o processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma mais tranquila e com mais chances de sucesso”.

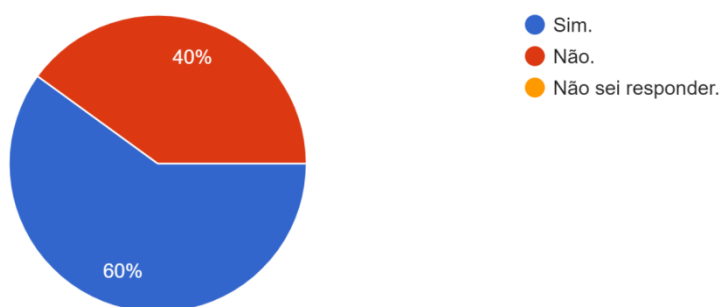
Quando solicitado aos participantes para definir o que entende de educação especial e educação inclusiva, todos definiram bem o que é, confirmando que tem um conhecimento do assunto. Apenas um (1) professor define da seguinte maneira: na educação especial o ensino é totalmente voltado para alunos com deficiência, já na educação inclusiva todos os alunos com e sem deficiência tem a oportunidade de conviver e aprender juntos. Foi questionado ao professor como ele incentiva o aprendizado quando o aluno que tem plano de desenvolvimento individual (PDI) e não tem professor de apoio. Todos alegam que devem buscar conhecer a dificuldade do aluno e adaptar de forma lúdica as atividades utilizando muitos jogos e materiais de apoio. Apenas uma resposta apontou que: “O professor deve saber que mesmo um aluno tendo professor de apoio ele é o seu aluno. E nos cabe de e nos casos de quem não tem é procurar observar sua nossa cidade e abordar estratégias para ajuda-lo”. Portanto, subentende-se que os professores pensam que

adaptar os materiais é função do professor de apoio e não do professor regente, pensam que o aluno é de inteira responsabilidade do professor de apoio.

Quanto ao apoio oferecido pela instituição que trabalha, foi perguntado se recebeu alguma orientação do assunto, 6 (seis) professores alegam que sim e 4 (quatro) que não recebem nenhum tipo de apoio da instituição.

GRÁFICO 3 - Recebeu orientação da instituição sobre como proceder diante de transtornos de aprendizagem ou deficiência

10 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se a instituição oferecia algum material adaptado para trabalhar com alunos da Educação Especial apenas três deles alegaram que já tiveram acesso ao material adaptado, um professor relata que: “sim jogos de tabuleiro, alguns instrumentos musicais, mapa tátil, alguns materiais são produzidos de acordo com a dificuldade de cada aluno”, já os demais alegaram não ter contato, embora os professores que alegaram não ter contato e os que alegaram ter acesso trabalham na mesma instituição. Os professores relatam também que é muito importante a relação do aluno com o professor, alguns dizem que a relação com os pais também: sabemos que, para um aluno aprender, precisa da ESCOLA X PROFESSORES X PAIS para alcançar o objetivo e, quando um desses pilares falha, algo fica incompleto, as questões familiares influenciam as crianças, logo no processo de aprendizagem”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto na pesquisa, o professor, mesmo que ainda não tenha tido um contato direto com alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, transtorno ou deficiência, conhece um pouco do assunto, sabe como deve trabalhar, e sabe que deve estar atentos a possíveis indícios de que o aluno apresenta alguma dificuldade onde é preciso mudar a metodologia que está trabalhando e adaptar o conteúdo de acordo com que o aluno tem facilidade em aprender. Ele reconhece que problemas na família ou na sociedade em que os discentes estão inseridos pode afetar negativamente o desempenho em sala de aula.

Os objetivos propostos pelo trabalho foram alcançados, pois foi possível verificar de forma positiva o conhecimento do docente acerca do tema, e quais as possíveis medidas que tomam ou devem tomar diante dos problemas encontrados.

Foi verificado também que eles concordam que, quanto mais cedo descoberto e tratado, melhor pode ser a qualidade de vida do aluno.

A partir de então, encontra-se substrato a confirmação da hipótese de que o docente tem, mesmo sem especialização no assunto, um conhecimento prévio, portanto este consegue trabalhar e buscar meios de fazer com que o ensino ocorra da melhor forma. Confirma também que o professor sabe das abordagens que deve tomar diante deles e que deve estar sempre buscando conhecimento, o que é essencial. Ainda ter conhecimento que, muitas vezes, adaptar materiais e tentar suprir as falhas utilizando aquilo que mais lhe chama atenção é preciso. Com o aumento dos casos de dificuldade de aprendizagem, torna-se necessário saber como lidar com isso em seu cotidiano, a fim de dar uma melhor qualidade de vida a seus alunos.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOSSA, Nadia. **Dificuldades de aprendizagem**: o que são? como tratá-las?. São Paulo: Artmed, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ftnIWCL8zKQC&oi=fnd&pg=PA5&dq=psicopedagogia+e+dificuldades+de+aprendizagem&ots=80NuIKk8Ta&sig=Gqd_7-UqWsaJKaXhHwggNVHVBll#v=onepage&q=psicopedagogia%20e%20dificuldades%20de%20aprendizagem&f=false> Acesso em: 01/12/2022.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em: 14 out. 2022.

CALADO, Vânia Aparecida; CAMPOS, Herculano Ricardo. A formação inicial do pedagogo e o enfrentamento da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 22, n. 2. p. 435-438, mai./ ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/ScTPBDVgVJ5XsxXxkhWGSJ/?lang=pt#ModalArticle>> Acesso em: 01 dez. 2022.

COUTO, Taciana *et. al.* Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão. **Ciência e cognição**. v.15, p.241-249, abr.2010. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/202/174>> Acesso em: 01 dez. 2022.

CRAHAY, Marciel. Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar. **Caderno de pesquisa**. v.37, n.130, p.230, jan./abr.2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/PHhQYpzHcbD9yFpGtKLNTGS/?lang=pt>> acesso em: 01/12/2022.

FERRONI, M. C.C; GASPARETTO, M.E.R.F. Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas. **Revista brasileira**

de Educação Especial. v.18, n.2, p.301-318, abr./jun.2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/b3nNsTzt87gtLc9gctJFzRL/?lang=pt>> Acesso em: 01 dez. 2022.

MAZZAROTTO, Ingrid H. E. Kolb et al. Encaminhamentos escolares de crianças com dificuldades na escrita: uma análise da posição adotada pela família. **Revista CEFAC.** 2016, v. 18, n. 2, p. 408-416. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0216201618211615>>. ISSN 1982-0216. <https://doi.org/10.1590/1982-0216201618211615>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** v.11, n.33, p.387- 388. set/dez.2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 16 out. 2022.

OHLWEILER, Lygia. Introdução aos transtornos da aprendizagem. In ROTTA, Newra et al. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto Alegre: artmed, 2016. p.107-110. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CdiGCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA107&dq=definicao+de+transtornos+de+aprendizaGEM&ots=y39reUx5tw&sig=7Cae0FqXwL95cyglrN8JcE1a-z4#v=onepage&q=definicao%20de%20transtornos%20de%20aprendizaGEM&f=false>> Acesso em: 02 dez. 2022.

OLIVEIRA, Luana Ferreira Silva de. **Os distúrbios de aprendizagem numa abordagem psicopedagógica.** 41 f. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em psicopedagogia) - 40 Universidade Candido Mendes Instituto a Vez do Mestre, Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<https://portalidea.com.br/cursos/966fb74284dd0c006ccf45ce2b927eda.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2022.

PALARO, S; CRUZ, J. A interface do trabalho da psicopedagogia na Educação Especial e Inclusiva. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação.** Araraquara, v.22, n.00, p.2-10, abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/16726/12745>> Acesso em: 26 out. 2022.

SMITH, C; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A-Z.** Porto Alegre: Penso, 2012.

SOARES, Daniela Bento et al. Influência da atividade física no desempenho motor de crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem. **Revista CEFAC.** v.17, n.4, p. 1132-1142, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/bk6bWmSwzhTbbppvqv5TTth/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01/12/2022.

SOUZA, Francisca. Distúrbios de aprendizagem: uma perspectiva de interface entre saúde e educação. In OLIVEIRA, Carla et al. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem.** Rio de Janeiro: Wak, 2014. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hvjVDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=dificuldades+de+aprendizagem+se+tornam+transtorno&ots=Egwu30HzsW&sig=8u46p4GpVfYggUd4GPhe1a12AJk#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 02 dez. 2022.

APÊNDICE

A:

PESQUISA

https://docs.google.com/forms/d/1pflViaGsF_LPbPwPfAdhcdWsGOzrsBc2wKQcZGPirrs/edit>